

SILÊNCIO E DISCURSO: O FUNCIONAMENTO IDEOLÓGICO DA MÍDIA NA CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA*

SILENCE AND DISCOURSE: IDEOLOGICAL FUNCTIONING OF THE MEDIA IN THE BRAZILIAN POLITICAL CONJUNCTURE

Damião Francisco Boucher 1
Thiago Barbosa Soares 2

Graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Especialização em Análise do Discurso Político e Jurídico (2017) e Especialização em Psicologia Junguiana, ambas pela Faculdade Unyleya do Rio de Janeiro. Lattes: lattes.cnpq.br/4815591282019412. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8325-1603>. E-mail: boucherplace@gmail.com

Graduação em Letras, Português/Inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí, em Psicologia pela Universidade Paulista e em Filosofia pela Universidade de Franca; Especialização em Estudos Literários pela Faculdade Comunitária de Campinas; Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos; e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. É membro pesquisador do Laboratório de Estudos do Discurso (LABOR-UFGCar) e professor nos Cursos de Graduação em Letras e de Pós-Graduação stricto sensu em Letras da Universidade Federal do Tocantins, no Campus de Porto Nacional. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. E-mail: thiago.soares@uft.edu.br

Resumo: A observação das noções de silêncio, abordada por Orlandi, e dos efeitos de sucesso concebidos por Soares tornam-se relevantes para a compreensão do intrincado processo midiático de criminalização e silenciamento ideológico na conjuntura política brasileira. Tal observação permite perceber o funcionamento desses efeitos, sobretudo, no tocante à construção de representações midiáticas através dos efeitos de popularização, de exclusão e de apagamento de sujeitos e sentidos. Como corpus para a investigação ora proposta, será utilizado o veículo de grande circulação, a revista *Veja*, em filigrana, a matéria especial de 10 de junho de 2016 com a manchete "João Vaccari quebra o silêncio". Delineado tal horizonte investigativo, pretende-se, portanto, verificar o silêncio constitutivo como reguladores das formações discursivas analisadas à luz das teorias da Análise do Discurso francesa.

Palavras-chave: Discurso. Silêncio. Silenciamento. Mídia. Criminalização.

Abstract: The observation of the notions of silence, approached by Orlandi and the effects of success, designed by Soares, become relevant to the understanding of the intricate media process of criminalization and ideological silencing in the Brazilian political conjuncture. Such observation allows us to understand the functioning of these effects, especially with regard to the construction of media representations through the effects of popularization, exclusion and deletion of subjects and meanings. As a corpus for the research proposed here, we will use the widely circulated vehicle, *Veja* magazine, in filigree, the special article of June 10, 2016 with the headline "João Vaccari quebra o silêncio". Outlined such an investigative horizon, it is intended, therefore, to verify the constitutive silence as regulators of the discursive formations analyzed in the light of the theories of French Discourse Analysis.

Keywords: Discourse. Silence. Silencing. Media. Criminalization.

*Artigo derivado do projeto de pesquisa intitulado "O sucesso midiático como ponte para o sucesso político" sob o número de registro 3441 junto à Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-graduação da UFT.

Introdução

Toda prática discursiva elenca funcionamentos que estão fora do alcance do senso comum, da visão puramente sistêmica da língua e da concepção ingênua de comunicação cuja informação é concebida em um circuito fechado, transparente entre emissão e recepção (CHARAUDEAU, 2013, p. 35). Consequentemente, quando se compreende o funcionamento dos discursos que, afetando sentidos, sujeitos e história, põem em xeque a evidência da comunicação, percebe-se de fato que não se trata de pura transmissão de informações, mas de embates ideológicos que levam em consideração sujeitos, relações de sentidos e de força, bem como condições específicas de produção.

Tais funcionamentos não consideram a língua como um sistema autônomo, pois sendo materialidades sutis no processo de interlocução, não se encontram subordinados ao circuito linguístico, pelo contrário, permanecem no entremeio deste, do acontecimento e da própria consciência (PÊCHEUX, 2006). Por conseguinte, os meios de publicação das informações, como jornais e revistas, têm se valido desses funcionamentos e de seus posicionamentos ideológicos com o objetivo de apagar acontecimentos, reconstruí-los e afetar sujeitos, sentidos, porquanto exercem influência na construção da opinião pública e/ou na disseminação de dizeres ideologicamente orientados. Isto é, esse espaço de construção de sujeitos e de sentidos, “sustentado por meio da mídia que se vale do entrecruzamento de discursos, especialmente do discurso do sucesso, é constituído por vários difusores” (SOARES, 2020, p. 2). Em outras palavras, a mídia “atua não só por meio de produção e circulação de textos, mas também como fonte de discursos, ao fundamentar e orientar nossas atuais relações sociais” (SOARES; BOUCHER, 2020, p. 2).

Em virtude disso, propõe-se demonstrar como os leitores são expostos a essas influências discursivas, quando não tomam consciência do funcionamento dos discursos midiáticos, o artigo procura analisar nas estruturas discursivas de textos midiáticos, a dinâmica de intrincados processos de apagamento da historicidade do fato, de silenciamento, da popularização e da criminalização de sujeitos e sentidos, mobilizando as noções de exclusão (FOUCAULT, 2014, p. 8-20), de silêncio e de silenciamento (ORLANDI, 2007, p. 54-86), tal como os efeitos de sucesso (SOARES, 2016), de popularização e outros princípios e procedimentos da Análise do Discurso de linha francesa.

Diante disso, tomou-se como corpus a matéria especial da revista *Veja*, de 10 de junho de 2016, com a manchete *João Vaccari quebra o silêncio*¹. Buscou-se mobilizar noções como os de silêncio constitutivo e local, bem como a exclusão, os efeitos de criminalização e popularização de sujeitos e instituições políticas. Observaram-se também como esses procedimentos se articulam através da manifestação discursiva veiculada para influenciar, de forma determinante, a opinião pública e sua repercussão na dinâmica política do país.

Aparato teórico

Para se compreender o poder persuasivo de um discurso, sobretudo o atual discurso das mídias, primeiramente é necessário entender que a força deste, não se encontra somente na formulação do dito, ou seja, nos enunciados, mas principalmente na enunciação dos elementos, nos discursos que impactam sujeitos e movimentam sentidos, como é o caso do silêncio fundador e da política do silêncio. Segundo Orlandi (2007, p. 12), os sentidos produzidos pelo silêncio não são coisas juntadas, sobrepostas pela intenção do locutor. Isso implica confirmar a existência da produção de sentidos muito além da espessura do dito (a palavra) e do não-dito (o implícito), pois “há um sentido no silêncio”. Em vista disso, há no discurso midiático uma produção de sentidos muito mais densa pela qual o sujeito-leitor é influenciado, não só pelo que está explícito ou até mesmo implícito no texto, mas também por aquilo que está em silêncio, produzindo sentidos ou os apagando.

Partindo dessa visão analítica, torna-se importante a noção de silêncio para compreender o funcionamento de dado discurso. Quanto à noção do silêncio fundador, Orlandi (2007, p. 12) afirma haver uma dimensão sobre a qual ratifica o caráter de incompletude da lingua-

¹ Os itálicos encontrados ao longo desse texto são recursos metodológicos para indicar a retomada do intradiscurso (eixo da formulação), ou seja, de enunciados em processo de análise.

gem. Isso possibilita compreender a relação intrínseca do já-dito com o dizível. Dessa maneira, concebe-se a percepção de que a dimensão do silêncio fundador transpassa as instâncias da significação, permite a errância dos sentidos, seus deslocamentos, a ilusão da transparência da linguagem, da unidade de sentido, assim como o equívoco, a mudança nos sentidos de palavras ou expressões. Tais dinâmicas não só delimitam (PÊCHEUX, 1997, p. 148), mas também impõem às formações discursivas sistemas de dispersão e regularidade, ou seja, “uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações” (FOUCAULT, 2017, p. 47). Tudo isso como parte de um movimento mais complexo, articulado discursivamente ao dizer e ao não-dizer, assim como às formas do silêncio, efeitos reprodutores de sentidos.

Por conseguinte, Orlandi (2007, p. 68) destaca o silêncio fundador como o princípio de toda significação, pois passa a compreendê-lo não como elemento vazio ou sem sentido, mas o “indício de uma instância significativa”. Ao considerar essa hipótese, não há sustentabilidade teórica em compreender o silêncio como “o vazio” da linguagem, pois o mesmo passa a ter materialidade ao considerar os efeitos da linguagem na categoria do silêncio, porque o considera não como falta, mas como horizonte de eventos² produtores específicos de sentidos.

Para compreender melhor a materialidade e a especificidade do silêncio, primeiramente é preciso considerá-lo como efeito produtor de sentido. Isso implica dizer que “o silêncio é matéria significativa por excelência” (ORLANDI, 2007, p. 29). Logo, ao tomar o discurso como materialidade e como efeito de sentido, pode-se logicamente aceitar que o silêncio como o efeito produtor “é o real do discurso” (ORLANDI, 2007, p. 29).

Feito esse esclarecimento, torna-se mais expressiva a distinção entre silêncio fundador e a política do silêncio. Enquanto aquele representa o real do discurso, viabilizando toda significação e delimitando as fronteiras do dito e do não-dito, este posiciona-se na instância sócio-histórica, na modalização do poder-dizer, do poder-apagar, da interdição, ou seja, “a forma mais evidente da exclusão”(FOUCAULT, 2014, p. 9).

Além disso, o silêncio se divide em constitutivo e local. Segundo a concepção de silêncio constitutivo, Orlandi (2007, p. 73) assevera que;

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos (2007, p. 73).

Com isso, se revela o funcionamento do silêncio constitutivo que apaga determinadas conjunturas na construção enunciativa de dado texto. Instala o anti-implícito e constitui outras representações significativas, impedindo que o sujeito-leitor veja a relação de sentido existente entre discursos e suas respectivas condições de produção. Isto é, cria-se a ilusão de não haver relações de sentido entre as condições de produção que geraram o discurso de dado difusor midiático, mas com outro acontecimento discursivo. Essa ilusão produzida pelo recorte de uma determinada notícia descarta a entrada do sujeito-leitor na região de dada condição de produção e o coloca em outra. Esta passa a representar a historicidade como se ela fosse a própria realidade.

2 O sintagma “horizonte de eventos” emprestado da física clássica serve para demonstrar que o silêncio fundador como matéria sutil e vinculante age sobre o todo comunicativo: o dizer e o não-dizer, afeta a construção e a desconstrução das palavras proferidas ou a ausência delas e dos efeitos de silêncio e silenciamento. “O silêncio fundador é a própria condição da produção de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 68). As “convenções da língua”, por serem produtos das formas do silêncio, não podem ser diretamente aplicadas a estas formas. Já estas exercem influência primordial e geradora naquelas.

Tal recorte ou apagamento, motivado pela necessidade da construção da representação como realidade, e ao mesmo tempo os dizeres (o mundo a comentar) “nunca são transmitidos tal e qual a instância de recepção (CHARAUDEAU, 2013, p. 95). O referido quadro recortado passa pelo trabalho de um sujeito de enunciação que o constitui em ‘mundo comentado’, dirigido a outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença (CHARAUDEAU, 2013, p. 95)”. Em função disso, percebe-se que o acontecimento na produção midiática é sempre construído.

Se o acontecimento da notícia é construído, logo, as representações não refletem o que de fato se encontra “em seu estado bruto”. Até porque, como comenta Charaudeau (2013, p. 95), a visão subjetiva, integrada a um sistema de pensamento, a determinadas formações ideológicas, assim como o processo de percepção-captura-sistematização-estruturação, capazes de construir ou desconstruir o acontecimento, se encontra em processo de alteridade. Este que se desdobra num eu e num tu, os quais se definem mutuamente e se transformam naquilo que Benveniste (apud CHARAUDEAU, 1969, p. 96) vai chamar de intersubjetividade. Inerente à construção desta, se encontram as formações imaginárias, responsáveis pelo funcionamento dos processos discursivos.

A noção de formações imaginárias (FI) se torna fulcral para o entendimento das projeções formadoras da intersubjetividade e para o estabelecimento das posições entre revista e leitor na dinâmica da alteridade. As FIs, além de colocar em marcha os processos discursivos, de acordo com Pêcheux (1997, p. 82), “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Ou seja, admite-se uma ordem de projeção cujas relações entre determinadas posições (representações discursivas) são estabelecidas pela própria ordem das situações empíricas (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Dito isto, observa-se o trabalho de uma duplicidade no olhar que estrutura o acontecimento (ou a representação) e o apagamento de outras condições de produção, porque os discursos do sujeito transformam “o acontecimento bruto em acontecimento significante” e o olhar daquele que o recebe igualmente “reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade” (CHARAUDEAU, 2013, p. 96). Essa duplicidade constitutiva pode ser compreendida pela relação entre a revista *Veja* e seu leitor. Os discursos previamente produzidos são construídos tanto pela visão que o sujeito-redator tem do acontecimento bruto, quanto pela posição ideológica que sua revista ocupa, considerando também o funcionamento das formações imaginárias. Dessa maneira, o sujeito ao ler, entra em contato com a representação constituída pela revista, um mundo comentado que se compõe pelas impressões intersubjetivas, tanto de quem o escreve quanto de quem o lê e este sujeito-leitor passa a estabelecer seu posicionamento a partir desse “mundo comentado”.

Atrélado a todo esse intrincado processo, o silêncio constitutivo tem a função de impedir o sujeito desavisado de entrar em contato com outras formações discursivas que por sua vez o levaria a outras regiões de sentidos. Assim, esse efeito constitutivo trabalha pela permanência do sujeito em certos sentidos e não outros, compondo sentidos tácitos a ser recepcionado pelo leitor, enquanto descartam-se, ou melhor, apagam-se sentidos que se quer evitar (ORLANDI, 2007, p. 73).

Conseqüentemente, esse processo discursivo se torna ainda mais complexo e eficiente quando se consideram em seu bojo discursivo efeitos de sucesso, os quais a mídia tem produzido em seus discursos veiculados periodicamente, pois como ressalta Soares (2019, p. 26): “É sobre essa que recai uma indagação crucial: como a mídia exerce tanta influência na sociedade? Evidentemente é um questionamento de alta complexidade e de interesse para o conjunto das ciências humanas”. É a essa pergunta a qual a análise do discurso com seus princípios e procedimentos procura também responder.

Ademais, tal questionamento só pode ser respondido se primeiramente forem considerados tais processos, e dinâmicas de constituição de sentidos, como efeitos em funcionamento, os quais o analista deve compreendê-los (ORLANDI, 2015, p. 75). Partindo desse princípio, devido à complexidade dos processos envolvidos, será considerada a análise em três etapas: a) na observação da política do silêncio e popularização de sujeitos e sentidos; b) na análise da estruturação e aceitação da notícia e; c) na apreciação das formações discursivas, empregadas

na construção midiática.

O silêncio constitutivo e a popularização de sujeitos e de sentidos na mídia

Como já mencionado, a análise tem como corpus principal a matéria especial da revista *Veja*, de 10 de junho de 2016, com a manchete “João Vaccari quebra o silêncio”, e também trechos de matérias de outros meios midiáticos como suporte à análise. Dando mais detalhes às etapas referidas acima, a primeira (política do silêncio) trabalha com a análise do silêncio constitutivo, da popularização de sujeitos e de sentidos, assim como a construção da representação midiática com o intuito de mostrar como acontecimentos podem ser apagados e descartados no movimento desses processos; a segunda (estruturação e aceitação da notícia) se debruça na análise dos efeitos de legitimação, autorização e potência de seus dizeres e como esses efeitos trabalham no direcionamento da leitura. Por fim, busca-se a compreensão do funcionamento das formações discursivas engendradas na peça midiática a fim de descrevê-las e interpretá-las. Feitas essas exposições, recortamos os seguintes enunciados:

“João Vaccari decide quebrar o silêncio”.

O homem que arrecadou e distribuiu mais de 1 bilhão de reais em propina para o PT, do qual foi tesoureiro, se prepara para falar à Lava Jato”³

Levando em conta a passagem enunciativa acima como superfície linguística, torna-se imperiosa a mobilização de reflexões que serão tomadas como elementos primários para servirem a aprofundamentos posteriores. Com isso, formulam-se questões como: quem é o sujeito do que se fala? Qual a imagem desse, feita pela revista? Qual lugar ocupa no espaço social? Que posição e atributos são designados a ele no processo discursivo tendo em vista sua relação de força?

No referido enunciado, tendo em mente a sua forma parafrástica, há um sujeito e a ação de “decidir quebrar algo”, nesse caso, o silêncio. Por outro lado, levando em consideração, não o lugar deste sujeito, mas sua posição discursiva, ao apreciar o dito, o tácito e o silêncio constitutivo, ou seja, o mecanismo que apaga o não-dito, descortina-se a intencionalidade ideologicamente orientada da revista em posicioná-lo como alguém cuja imagem possua legitimidade, a autoridade e a potência para poder fazer. Nessa perspectiva, “decidir” implica ter autoridade para julgar.

Dessa forma, a revista busca estruturar sua manchete construindo a imagem de um sujeito portador de informações guardadas até então. Isso causa um deslizamento metafórico sobre o qual, nessas condições de produção, João Vaccari “tem muito a dizer”, “sabe muito sobre algo” e guarda segredos os quais, de alguma maneira, foram silenciados.

Ressalta-se aqui a construção mítica/midiática e metafórica de que ele é a “Caixa de Pandora do PT”. Consequentemente, ao levar o leitor a inferir, a pressupor e até a “acarretar” o que não foi dito, apagam-se determinadas condições de produção, silenciam-se constitutivamente dados sujeitos com o objetivo de levar o olhar deste para determinado acontecimento e não outro.

Tais processos mencionados, não se tratam de pura manipulação midiática, posicionando a revista como vilã em um discurso descritivo que carrega em seu bojo um tom de repúdio. Pelo contrário. Há uma relação de alteridade, um jogo intersubjetivo cujas relações de força e de sentido são colocadas em plena funcionalidade. Destarte, Soares (2019, p. 29) reafirma o mencionado ao refutar a ideia de Charaudeau (2015, p. 252) de que a própria mídia pode ser manipulada: “No limite, é possível dizer que a mídia ‘reflete’ os jogos de poder da sociedade,

3 <https://veja.abril.com.br/politica/joao-vaccari-decide-quebrar-o-silencio/>

consequentemente, acaba por ser influenciada, mas não manipulada, como quer Charaudeau”.

Por isso, ao considerar a ideia de que a mídia reflete as relações de força existentes na busca pelo reconhecimento em dizer, pelo saber-dizer e pelo poder-dizer, Soares (2019, p. 29) esclarece a aparente evidência de que a máquina de informar (nesse caso a revista *Veja*) se encontra em uma posição de manipuladora/manipulada. Em sua produção de efeitos, há uma construção textual ideologicamente orientada de modo a conduzir o sujeito-leitor a acreditar que a revista *Veja* tem as condições necessárias (legitimação, autoridade e potência) para proferir o enunciado que coloca João Vaccari como o provável “desmantelador” das supostas ilicitudes do PT.

Por essa razão, admite-se a variação da “força de persuasão”, no direcionamento da leitura com o intuito de construir suas representações midiáticas. Porque, como visto anteriormente, a manipulação bem sucedida depende de vários aspectos, dentre eles a constituição de texto cujo posicionamento midiático seja velado sutilmente a ponto do leitor desavisado não perceber deslocamentos ou embates ideológicos. Dito isto, verifica-se a especificidade do enunciado proposto. O leitor pode questionar, mas não pode mudar o ponto de vista da revista, porque para ela o que se inscreve na discursividade é unívoco. Não há contestação, mas ao contrário, ela pode conduzir o leitor de senso comum a ser influenciado por essa representação, tomando-a como realidade que o próprio meio midiático deseja construir em seus efeitos.

Ademais, como a própria revista se posiciona dessa maneira e não de outra, devido às mesmas forças que impelem o sujeito a acreditar ou a refutar dada visão, observa-se o trabalho das formações discursivas que conduzem a revista a elaborar, a escolher e a evitar determinados enunciados, porquanto seu posicionamento ideológico está delimitado por memórias discursivas, por já-ditos que também direcionam o dizer da revista.

Ao descrever as formações discursivas como força delimitadora de sentidos, faz-se necessária a apreciação do sintagma “quebrar o silêncio”, sobretudo da palavra “silêncio”. Assim, pode ser observado que tal léxico sofre um deslocamento em sua significação mais usual, deslizando-se para outros sentidos: “João Vaccari tem muito a dizer”. Esse “dizer” não é unívoco, pois o fato da revista *Veja* se constituir em determinada formação discursiva, já muda o sentido de tal palavra (PÊCHEUX, 1997). Há o acarretamento de outros dizeres, desviando o significado de “dizer” para outros sentidos, como por exemplo: “informações comprometedoras”, “revelações devastadoras”, remetendo o leitor aos efeitos de metáfora.

Nota-se que ao escolher inscrever o sintagma “decide quebrar o silêncio” na historicidade, a revista *Veja* acaba por retirar Vaccari de uma posição de condenado e passa a projetar o efeito de cumplicidade entre ele e o PT, através daquilo que ele guarda (revelações devastadoras), mas que agora decidiu tornar público. Assim, ao cotejar determinados enunciados com os da revista *Veja*, percebe-se não só a passagem de um sujeito de estado (condenado-desconhecido) para um sujeito da transformação (vítima-popular). O referido enunciado toma a posição de outros dizeres num processo parafrástico onde se revela a recursividade sistêmica, a qual Soares (2016, p. 1086) vai denominar de “difusor de pré-construídos”, por conseguinte, a repetição dos efeitos de sentidos ora desejados.

Xuxa **quebra o silêncio**, fala sobre os abusos sexuais que sofreu na infância...⁴

Dolabella decide **quebrar o silêncio** e fala com exclusividade sobre agressão a Luana Piovani⁵

Paulo Pereira Cristóvão volta a tribunal e **decide quebrar silêncio**⁶

4 Leia mais em <https://www.otvfoco.com.br/xuxa-quebra-o-silencio-fala-sobre-os-abusos-sexuais-que-sofreu-na-infancia-faz-revelacao-assustadora-e-expoe-drama/>

5 <https://www.youtube.com/watch?v=bAKELJt-pxw>

6 https://www.rtp.pt/noticias/pais/paulo-pereira-cristovao-volta-a-tribunal-e-decide-quebrar-silencio_v1134549

Ao mesmo tempo em que se rebela e “decide quebrar o silêncio” se posiciona como sujeitos de sucesso (SOARES, 2016) ou popularizados por decidirem expor seus sofrimentos, angústias ou ilicitudes, com o intuito de serem mais bem compreendidos e aceitos pelo corpo social. Nesse aspecto, voltando ao enunciado de Veja, referenciando Vaccari, a revista usa desse recurso lexical com o objetivo de por em relevo não só o ato de quebrar o silêncio, mas também de enxergar nesse “sujeito-ação” o seu lugar de destaque no meio social, sua iconicidade (SOARES, 2016) cujo impacto é a construção de um sujeito de sucesso ou, pelo menos, o engendramento do efeito de sucesso. A isso, Soares (2016, p. 1084-1085) afirma que “os mecanismos de funcionamento do discurso do sucesso destacam o sujeito, não o deixando totalmente na evidência absoluta para não causar estranhamento ao público”.

Além de imprimir o discurso de sucesso, regulando a imagem do sujeito como indivíduo popularizado, mas não na evidência absoluta, o enunciado acaba por chamar a atenção do público, causando outros sentidos e desvios específicos, rumo a outras condições de produção. O discurso do sucesso, atrelado ao silêncio constitutivo, imprime deslizamentos metafóricos (o apresentador, o artista) que apontam para o sujeito-popularizado cuja decisão de desvelar todas as informações sobre o seu partido “poderá prejudicar membros-chave”.

Outro ponto de extrema importância na aceitação da imagem de Vaccari como sujeito de sucesso midiático é a abnegação temporária (em forma de deslocamento do objeto lexical) de seus delitos, transmutando estes para um objeto específico: o PT. Por isso se afirma que “o sujeito do sucesso não pode ser mau, ao contrário, precisa ser um sujeito bom para ter seus atributos inflamados pela mídia” (SOARES, 2019, p. 29). Nessa lógica, o intrincado constructo discursivo da matéria, entrecruza dois efeitos de sentidos primordiais, sucesso e criminalização, com o intuito de influenciar o público leitor a ver em “*João Vaccari decide quebrar o silêncio*”, um sujeito dotado de popularidade, admirado pelo seu feito em quebrar o silêncio, mas ao mesmo tempo não pode ser desvinculado dos crimes que cometeu por estas razões: a) João Vaccari é considerado peça importante para a Lava Jato, o homem que cuidou por anos das finanças do PT, arrecadou milhões e pode ser beneficiado pela delação premiada (efeito de sucesso) e; b) segundo a revista Veja, Vaccari “sabe que a hipótese de escapar impune não existe” (efeito de criminalização).

Põe-se em relevo, nesse caso, a imagem de um sujeito condenado pela justiça e passa a apreciar de forma enfática o sujeito-delator, popularizado o suficiente para ter voz perceptível na sociedade, ou seja, aquele que pode contribuir com a justiça (mesmo sendo condenado). Dito isto, compreende-se a distorção na imagem de Vaccari quando Soares (2018, p. 116) assevera que o “‘X’ produzido (imagem criminalizada) pode por diversas razões, ser interpretado como ‘Y’ (projeção de popularidade), pois os sentidos estáveis e presos às palavras são efeitos de uma ilusão ideológica que a análise do discurso busca combater” (parênteses nosso).

Para que se condene e se obtenha a legalidade necessária em nível de ser capaz de apontar alguma coisa, é preciso se valer da prerrogativa da legitimação de sua posição, da autoridade para falar e da potência para fazer (CHARAUDEAU, 2016). É preciso ter ciência de que esses atributos vêm naturalmente do silêncio fundador. No caso dessa construção da notícia midiática, João Vaccari se legitima por ser ex-tesoureiro do PT, por conhecer toda dinâmica financeira do partido e por guardar “um silêncio revelador”. Todos esses predicativos têm efeito pejorativo na imagem do sujeito, o interligando sempre ao verdadeiro alvo que se quer atingir, ou seja, os integrantes do PT, no intuito de desviar o leitor dos acontecimentos no momento da veiculação da notícia. Ao mesmo tempo, o discurso que o torna sujeito-popularizado também o legitima, produzindo no imaginário social dos leitores o efeito de manutenção de sua autoridade e legitimidade.

Por isso, inicialmente não se constrói uma manchete em que se figura “um condenado”, um sujeito desprestigiado por não gozar de liberdade. A intenção é deixar que o leitor, suponha isso para buscar o “implícito”. Como, por exemplo, sentenças contraditórias: “condenado decide quebrar o silêncio”, ou “preso decide quebrar o silêncio”, ou melhor, “criminoso decide quebrar o silêncio” etc. Há nesse constructo a tentativa de quebrar as relações de sentido para que o sujeito-leitor não relacione o discurso de Veja às condições de produção que

o produziram (ORLANDI, 2015). Direciona-se o sujeito-leitor aos sentidos de criminalização que interpelam Vaccari em sujeito-cúmplice e não em sujeito-autor. Com isso põe em marcha o apagamento dos sentidos de protesto, luta, contraposição ideológica, ou seja, uma gama de sentidos de outra região discursiva que se relacionam com os dizeres de Veja.

Assim, se recorta uma parte do acontecimento comentado para constituir uma representação lógica e aceitável a partir de um imaginário que exige de quem denuncia, mesmo em menor grau, uma legitimidade, uma autoridade e uma potência para fazer. Mas ao mesmo tempo sem perder o efeito de implícito que, por sua vez, se deseja obter outro efeito: o da cumplicidade, o da simbiose entre agente delator e delatado, constituindo os crimes como essência dessa relação simbiótica⁷.

A respeito dessa relação atribuída a Vaccari e ao PT, tais reflexões podem ser respondidas quando se vincula o discurso do sucesso aos atributos de legitimidade, autoridade e potência. Soares (2020, p. 15) ratifica que o “sucesso é uma construção midiática” e também assegura que “o sujeito de sucesso ‘pode entrar por diversas portas’, já que o discurso do sucesso está presente em quase todos os setores da sociedade do espetáculo midiático, da venda, da compra, e até por força de outros discursos que a ele estão associados” (SOARES, 2016, p. 1090-1091). Nessas considerações, e se pautando na consignação desses “outros discursos que a ele estão associados”, é que se pode afirmar que o efeito de sucesso implica ter um valor reconhecido, ter autoridade através de um “saber-fazer” e conseqüentemente ser constituído de um “poder-fazer”.

Posta em apreciação essas três questões, explicita-se no título auxiliar a sustentação formal e harmônica a essas noções regulatórias das relações de força e de poder.

“O homem que arrecadou e distribuiu mais de 1 bilhão de reais em **propina para o PT, do qual foi tesoureiro**, se prepara para falar à **Lava Jato**”.

Ao analisar partes dos elementos do enunciado em destaque “o homem que”, inicialmente, se percebe os itens lexicais logicamente estruturados e, paralelamente à construção de seus sentidos, tem-se o silêncio constitutivo, agindo no apagamento (condenado, réu confesso) e na reconstrução de uma representação como realidade. O que pode ser percebido abaixo são outros processos parafrásticos e polissêmicos que legitimam essa ocorrência lexical.

Logo abaixo, são analisados enunciados de alguns sites de notícias respectivamente nesta ordem: JW.org, Estadão e Veja.

O homem que mudou o mundo⁸

O homem que mudou a carreira do Che⁹

O homem que inventou um presidente¹⁰

Os sentidos de “homem” não permanecem os mesmos por serem outros sujeitos, inseridos em outros contextos (FOUCAULT, 2014, p. 43-45), todavia, a expressão em destaque (“o homem que tem” o poder de decidir, “o homem que” tem o poder de mudar, denunciar, “o homem que inventou um presidente etc.) tem capacidade de causar os efeitos de legitimação. Não é um condenado, mas sim “o homem que [...]”.

7 O termo “relação simbiótica” é utilizado aqui para designar a interação de sujeitos, de forma tão íntima a conhecer o comportamento um do outro, os segredos, licitudes e ilicitudes etc., e, embora ocupem posições distintas, de modo geral, se apresentam como sendo parte de uma só subjetividade.

8 <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/wp20100401/O-homem-que-mudou-o-mundo/>

9 <https://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-zanin/o-homem-que-mudou-a-cara-do-che/>

10 <https://veja.abril.com.br/mundo/o-homem-que-inventou-um-presidente/>

Averigua-se também o reconhecimento pelo corpo social do direito de agir em nome de uma instituição (para o PT, do qual foi tesoureiro). Sua posição em não só “arrecadar”, mas em “distribuir bilhões de reais” ao mesmo tempo o coloca como sendo digno de agir. Não se trata de um homem comum, mas “do homem que”. Constata-se o difusor de pré-construído (HENRY, 1997) com efeito de sucesso que causa o efeito subjetivo de anterioridade. Dado pré-construído imprime a noção de autoridade, sem perder, é claro, o efeito pejorativo das qualificações atribuídas ao sujeito.

A autoridade está, por sua vez, ligada à ordem de um saber-fazer, reconhecendo a competência de Vaccari em saber “arrecadar”, “distribuir” e articular dentro e fora do partido ações ilícitas, representadas pelo substantivo feminino “propina”. Atrelado a isso, como ratifica Charaudeau (2016, p. 15), “a autoridade é, pois, o que dá crédito à pessoa em seu poder de fazer. Não é o que a legitima, mas o que lhe dá crédito no exercício do poder”. Observa-se também que suas ações, representadas pelos verbos “arrecadar” e “distribuir” recebem cargas semânticas pejorativas, ao se relacionarem com tais condições de produção (arrecadar e distribuir bilhões de reais e propinas). Ao passo que em outros contextos, teriam outros sentidos. No entanto, isso não o “desautoriza” a depor à Lava Jato, pelo contrário, é através desse “saber-fazer” que a revista o aponta como essencial para desbaratar o suposto esquema de propina.

Igualmente, o exercício do poder só pode ser considerado como um meio e não como um fim, porque se constitui pela capacidade do sujeito em “poder-fazer”. Logo, se justifica a potência. Esta é considerada como um conjunto dos meios e sua força. No título auxiliar, pode ser percebido sua potencialidade moderada em poder-fazer, demarcada pelo enunciado “se prepara para falar à Lava Jato”. Vaccari se encontra desprovido de sua liberdade, não pode falar a qualquer uma pessoa e isso é fato. Não pode decidir quebrar o silêncio a alguém que não esteja autorizado a ouvi-lo. Isso vem ao encontro do que Charaudeau (2016, p. 17) assevera, pois, a potência viabiliza a execução do ato, aumentando ou diminuindo sua força de acordo com a disposição dos meios.

Nesse mesmo sentido é que se corrobora a afirmação de Soares (2016, p 1084-1085), uma vez que tal efeito de potência, inerentemente ao efeito de sucesso, pode ser controlado para não causar estranhamento ao público. Neste caso, Vaccari só pode “falar à Lava Jato”. Só pode se apresentar aos organizadores da delação premiada, respeitando uma ordem discursiva no campo jurídico. Ele detém a prerrogativa de ser favorecido ao decidir falar à ação investigatória da Polícia Federal, porém suas práticas discursivas, devido à relação de força existente e explícita entre instituição e sujeito (no ritual de tomar a palavra/calar-se), continuam sendo interditas (FOUCAULT, 2014, p. 8-20).

Considerada a primeira etapa, o que se tem a propor na segunda etapa, é verificar como esse texto faz sentido e age para que faça sentido em determinada conjuntura. Para isso, é necessário também considerar as condições de produção do referido discurso, porque ao ler o texto, sem a devida consideração contextual, o que se tem são outros efeitos de sentidos, outros direcionamentos semânticos (ORLANDI, 2015).

Por essa razão, Pêcheux (1997, p. 77) afirma que em todo discurso, trazido à tona por dadas condições de produção, há sempre relações de sentido trabalhando ali. “Tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele “orquestra” os termos principais ou anula os argumentos” (PÊCHEUX, p. 77). Como pode ser observado no enunciado abaixo.

“Se eu falar, entrego a alma do PT. E tem mais: o pessoal da CUT me mata assim que eu botar a cara na rua”. João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT (Vagner Rosario/VEJA)¹¹.

Tal enunciação se apresenta como uma contraposição ideológica em relação ao acontecimento anterior: o fato dos partidos de esquerda se manifestarem na mesma data de veiculação da notícia, trazendo bandeiras da CUT, do PT e mostrando sua força de articulação. Esse e outros enunciados, ao longo do texto, não só funcionam como uma representação, mas também como presença de outros discursos, denunciando as relações de sentido existentes entre

11 <https://veja.abril.com.br/politica/joao-vaccari-decide-quebrar-o-silencio/>

os enunciados proferidos e os efeitos de inocência, de luta e de insatisfação pronunciados em outro momento, por Lula, na Avenida Paulista. O enunciado deixa escapar essas relações de sentido ao posicionar a CUT como organização criminosa, “o pessoal da CUT me mata”, e o PT como instituição “atolada” em crimes, “se eu falar, entrego a alma do PT”. Nota-se que o texto de Veja dialoga com os mesmos sujeitos que produziram os mencionados efeitos de sentidos (CUT e PT). Por tudo isso, percebe-se que tais enunciados postulam-se como “uma resposta direta ou indireta a outro discurso dado” (PÊCHEUX, 1997, p. 77), fazendo parte de um contexto imediato (ORLANDI, 2015, p. 28).

Feitas as considerações acima, para adentrar na segunda etapa da análise, serão consideradas também as condições de produção em sentido amplo (ORLANDI, 2015, p. 76), ou seja, o contexto sócio-histórico. Logo depois, se incidirá uma análise a fim de descrever e interpretar as formações discursivas e suas vinculações a determinadas formações ideológicas. A partir dos enunciados pretende-se atingir o processo discursivo na terceira etapa.

Ao dialogar com as ideias althusserianas (*apud* PÊCHEUX, 1997, p. 144) sobre a reprodução/transformação das relações de produção de uma dada formação social, Orlandi (2015, p. 29) vai dizer que “o contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos, elementos que derivam da forma de nossa sociedade [...], segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas”. No caso do artigo da revista *Veja*, podem ser percebidos esses elementos do imaginário que remontam a luta entre o comunismo e o capitalismo, a relação de força da elite contra o proletariado, o nacionalista contra o inimigo externo e, sobretudo a dicotomia consagrada do “bem” contra o “mal”.

Por essas dicotomias sociais, marcadas pelo papel das memórias discursivas (ACHARD, 2015), pelas relações de sentido e de força, bem como a influência do silêncio nos apagamentos de conjunturas, é que é possível chegar às delimitações das formações discursivas. Logo abaixo, foram analisadas expressões empregadas no texto cuja passagem marca esses imaginários, afetando sujeitos e delimitando sentidos, ao mesmo tempo, impondo relações de força num jogo de antecipação, definindo assim, num processo de alteridade, não só a posição de quem fala (do eu) e a de quem se fala (do outro), mas também as formações ideológicas materializadas na já mencionada formação discursiva do sujeito falante. Também se propôs confrontar o pressuposto, a estabilidade do enunciado, com a dispersão da enunciação, dos subentendidos a fim de compreender melhor a construção de sentidos na representação.

Em certo ponto de seu texto, a revista *Veja* escreve o seguinte enunciado:

Vaccari Neto teve uma **conversa reveladora** com um de seus companheiros de cárcere.¹²

Ao apontar uma “conversa reveladora”, desloca-se o sentido da palavra “reveladora” (significativa, prenunciadora) para “algo comprometedor”, “informações sigilosas de alto risco”, suscitando assim a metáfora da “Caixa de Pandora do PT”, posicionando o sujeito Vaccari como o principal pivô de um provável descortinamento das ações do partido. Tomando posição nessa relação de força, a revista se posiciona como sujeito influente, detentor do poder de acessibilidade até mesmo no mais seguro dos cárceres. Mostra sua autoridade em poder-saber e ao mesmo tempo seu posicionamento ideológico, desalinhado dos da esquerda ao apontar para esta direção e não àquela. A revista *Veja* continua sua produção com o seguinte trecho:

A **situação de abandono do superburocrata petista**, sentenciado a **mais de 24 anos de prisão e com pelo menos outras quatro condenações a caminho**, fez o **interlocutor perguntar** se ele não considerava a hipótese de tentar um **acordo de delação** com a Justiça¹³.

12 <https://veja.abril.com.br/politica/joao-vaccari-decide-quebrar-o-silencio/>

13 <https://veja.abril.com.br/politica/joao-vaccari-decide-quebrar-o-silencio/>

Nota-se que o sujeito interpelado como “superburocrata petista” sugere uma autoridade e uma potência, mas ao mesmo tempo vincula-se ao adjetivo “petista” para situá-lo como membro do Partido dos Trabalhadores o qual será denunciado por ele mesmo. Por outro lado, há no próprio termo “petista”, um deslocamento de sentido que aponta não mais para uma sigla de instituição política, mas para um sinônimo de criminalidade devido à influência semântica de enunciados anteriores e posteriores a ele, bem como seus efeitos de anterioridade (HENRY, 1997). Nota-se no enunciado, “sentenciado a mais de 24 anos de prisão e com pelo menos outras quatro condenações a caminho”, o efeito de autoria que a revista Veja delega ao sujeito-condenado quando o posiciona como aquele que assumiu todos os crimes de seu partido e responderá sozinho por eles. Esses efeitos de autoria e de desamparo são produzidos a partir da expressão “situação de abandono”. Em vista disso, dois pontos podem ser observados: a) “sujeitos e sentidos são produzidos ao mesmo tempo em que o discurso é posto em marcha de tal modo a não ser possível dizer de um sem dizer do outro” (SOARES, 2019) e b) as posições desses sujeitos são determinadas pelo funcionamento das relações de força e de sentido que vão sendo construídas ao longo do processo de projeções dessas representações.

Por essa razão, tais representações projetadas pela revista, ao enunciar “situação de abandono”, produzem também outros sentidos, pondo em funcionamento processos parafrásicos e ao mesmo tempo deslizando o significado “abandono” para os sentidos de inocência, de negligência, de descaso por parte da instituição a qual faz parte, o PT; o que nesse caso projeta Vaccari como o sujeito de direito, aquele que por estar na posição de sujeito abandonado, tem amparo legal para denunciar, para *quebrar o silêncio*. O que se tem mais uma vez é a inerência de sujeitos e sentidos. A revista se posiciona como o sujeito de privilégio que, enxergando a “penúria” vivida por Vaccari, consegue produzir efeitos de potencialidade suscitando a ideia de transmitir as conversas de dentro do cárcere, como nenhum meio de comunicação pode. Outra imagem que Veja faz de si, baseia-se na capacidade de enxergar além do sujeito, vislumbrando seus comportamentos e temores e mais uma vez a revista deixa indícios de seu posicionamento ideológico. E este aparece novamente no trecho abaixo:

Conhecido pelo temperamento fechado, que lhe rendeu o apelido de “Padre” nos tempos de militância sindical, Vaccari respondeu como se já tivesse pensado muito sobre o assunto: “Não posso delatar porque sou um fundador do partido. Se eu falar, entrego a alma do PT. E tem mais: o pessoal da CUT me mata assim que eu botar a cara na rua”.

Como visto acima, o emprego de determinado pré-construído cristalizado no interdiscurso como “temperamento fechado” deixa indícios da imagem que Veja faz da característica psicológica de Vaccari, trazendo à tona a capacidade dele em manter informações sigilosas para si, pondo também em relevo sua característica profissional em guardar segredos, indiciado pelo apelido “padre” que, a seu turno, também deslinda outros sentidos: o homem que guarda a sete chaves os pecados, os crimes dos outros. Esse termo evoca mais uma vez o efeito de cumplicidade entre Vaccari e o PT, pois se instala outros sentidos no referido léxico. Padre no imaginário social é tomado como o sujeito que preside a um sacrifício e o oferta a Deus em nome de seus fiéis. No entanto as condições de produção do discurso da revista permitem dois processos: a) o deslizamento do sentido de “padre-confessor”, que ouve “declarações” de seus “fiéis”, para “acobertador”, “sujeito-cadeado” que não dará declarações sobre as ilicitudes de seu partido em hipótese alguma e b) a interpelação em sujeito fragilizado por ameaças provenientes da CUT e do próprio PT.

Reforça-se, nesse aspecto, sua responsabilidade em proteger conteúdos sigilosos, pois no imaginário a posição “padre” reivindica um dever moral e legal, amparado pelo Código Processual Penal, artigo 207, de 3 (três) de outubro de 1941. Ele menciona que “em razão da função, ministério, ofício ou profissão devem guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho”.

Ao processar esses efeitos, mais uma vez se depreende a constituição de sujeitos e sentidos, um efeito vinculante da imagem de Vaccari à constituição do PT; efeitos de corroboração,

no sentido de cumplicidade de crimes, são construídos a partir da expressão “militância sindical”. Por fim, efeitos vinculantes e de criminalização também são perceptíveis nas expressões subsequentes tais como “fundador do PT”, “a alma do PT”, “o pessoal da CUT me mata”, “caixa do PT”, “atuou nas sombras”, “o dono de segredos devastadores” etc.

Em suma, podem ser percebidos três elementos primordiais regulando as relações de força no discurso da matéria publicada: a) os enunciados, bem elaborados e suportados pela voz de Vaccari (evidenciada pelo uso das aspas), aquele com legitimidade, autoridade e potência para falar; b) os efeitos de implícitos, gerando outros sentidos, afetando sujeitos e; c) a construção de representações que afetam a realidade, apagando acontecimentos.

Amparadas pelas formações imaginárias, tais representações projetaram um sujeito-revista, capaz de permear âmbitos inalcançáveis (sujeito-procurador); observar comportamentos desse sujeito, participando do processo de interlocução, seja fora ou dentro de instituições penitenciárias (sujeito-mediador onisciente); com capacidades “quase sobrenaturais” de prever a ligação de crimes com o nome de membros-chave do PT; e de predizer a queda de presidente e vice (sujeito-juiz) ao dizer, por exemplo, que toda a ação tomada por Vaccari acarretaria na liquidação da carreira política de Dilma, mas também do presidente interino Michel Temer.

Nessas considerações, através do dito, do enunciado, se constrói um não-dito, uma enunciação (DUCROT, 1969) com a função de apagar aquilo que se deseja da mente do sujeito leitor, levando-o para outros recortes discursivos (ORLANDI, 2007), outras instâncias de sentidos. Com isso o sujeito-leitor ao ouvir “X” é conduzido a inferir, deduzir, implicar e acarretar o que está implícito em “X”, sendo “Y” interditado, recortado ou descartado.

Em outras palavras, a revista *Veja* lança sua peça opinativa em um momento nítido de convulsão nacional, indiciando supostos fatos de corrupção e supostas revelações de crimes para deixar no implícito o efeito de desmascaramento, de corrupção, do envolvimento de membros-chave do PT, denunciando conseqüentemente sua própria formação ideológica (de direita, antipetista etc.), através de uma nítida formação discursiva atravessada por variadas vozes (conservadoras, anticomunista, neoliberal etc.).

Considerações Finais

Levando em consideração a capacidade do leitor em inferir, em sair das implicaturas convencionais e sentir literalmente o não-dito do texto, a revista *Veja* conduz seu leitor a uma forclusão¹⁴ de outras projeções discursivas e, conseqüentemente, de outros acontecimentos. Como Orlandi (2007, p. 74) mesmo menciona: “toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis”. Por esse motivo, leva-se a acreditar que o dito e o silenciamento (silêncio local) são inerentes.

Partindo desse princípio, nota-se que o implícito (o fato de Vaccari poder acabar de uma vez por todas com os planos de permanência do PT e seus aliados na presidência) está intrinsecamente ligado ao dito (Vaccari decide quebrar o silêncio) com efeito de apagamento de um evento singular, evitando inscrevê-lo na historicidade de sua pauta. Não se fala do ex-presidente Lula subindo ao palanque com milhares de pessoas a ouvi-lo direto de uma das maiores avenidas de São Paulo, também não se menciona a população indo às ruas pontualmente, em todo Brasil com cartazes, pedindo a permanência de Dilma e saída de Michel Temer. Evitam-se palavras que remetem a uma conjuntura dada para apagar memórias discursivas vindas à tona e reivindicando seu lugar na contemporaneidade.

Estes são os efeitos do silêncio constitutivo o qual, ao mencionar que João Vaccari poderia quebrar o silêncio e conseqüentemente colocar de uma vez por todas os membros-chave do PT no cárcere, apaga-se o fato de que o que se tinha horas antes da publicação de sua matéria era um movimento de proporções nacionais com o poder de tocar, de sensibilizar uma grande parte da nação quando difundida pelos maiores meios de comunicação do país (ORLANDI, 2007, p. 74). Um processo discursivo que perdurou intensamente desde a saída do

¹⁴ Conceito psicanalítico aprimorado por Jacques Lacan para expor o mecanismo que produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito. Utilizado por Orlandi para evidenciar o anti-implícito, aquilo que tomará o lugar do implícito para apagar, descartar aquilo que não se quer evidenciar.

PT do poder à prisão do ex-presidente Lula e, tem servido como ferramenta para fomentar e conquistar seus interesses particulares.

Por essa razão, observa-se a relevância da continuidade das pesquisas sobre os efeitos do silêncio no funcionamento dos discursos midiáticos, porque ao analisar esses processos na construção da notícia, observam-se os funcionamentos da produção do silêncio, do apagamento e da censura. Conduz os leitores a refletir sobre o fenômeno discursivo que instaura tais injunções ideológicas e cerceamentos em tempos de “pleno gozo de liberdade de expressão”. Nessas condições, os sujeitos interditados não opinam porque o desprestígio proveniente do ato de apagá-los transforma os sujeitos da mudança em indivíduos incapacitados em se posicionar dentro da realidade, por enxergarem representações, em um mundo já comentado (CHARAUDEAU, 2016). E, por fim, por não poderem exprimir suas ideologias. Pelo fato destas se encontrarem em constante processo de silenciamento e criminalizadas por uma ordem maior e mais poderosa que subordina a palavra: o silêncio, porque como Orlandi (2007, p. 29) afirma, ele “é o real do discurso”.

Referências

ACHARD, Pierre. Jean Davallon, Jean-Louis Durand, Michel Pêcheux, Eni P. Orlandi. **Papel da memória**; tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 7-63.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941. **Código de Processo Penal**, Rio de Janeiro - RJ, out 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 03 out. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião Pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas; tradução Ângela M. S. Corrêa, SP: Contexto, 2016.

_____. **Discurso das mídias**; tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

DUCROT, Oswald. **Présupposés et sous-entendus**. In: *Langue française*, nº4, 1969. La sémantique. p. 30-43. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/lfr.1969.5456> - https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1969_num_4_1_5456. Acesso em: 03 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Loyola, 2014.

_____. **A arqueologia do saber**: tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas/ Paul Henry; tradução: João Wanderley Geraldo e Celene Margarida Cruz. *Cad. Est. Ling., Campinas*, SP (19): p. 43-64, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux; Organizadores: François Gadet, Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.]; 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio; tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015.

_____. **As formas do Silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes da Unicamp, 2007.

SOARES, Thiago Barbosa. **Discurso do Sucesso**: sentidos e sujeitos de sucesso no Brasil Contemporâneo, *Estudos Linguísticos*, 45 (3): p. 1082-1091, 2016.

_____. **Percursos Linguísticos**: conceitos, críticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

_____. Teoria Crítica e Análise do Discurso: a mídia como objeto comum; Universidade Federal do Tocantins, **Estudos da Linguagem**; Revista Porto das Letras, Vol. 05, Nº 01, Porto Nacional –TO, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/6159>. Acesso em: 03 out. 2019.

_____. Uma análise dos dizeres sobre a voz de sucesso midiático; Unicamp, *Estudos da Linguagem*; **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v.62, p. 1-17, e020016, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8654477/23148>. Acesso em: 06 jan. 2021.

SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. Leitura de sucesso: os dizeres sobre a leitura como efeito de sucesso; **REVELLI**, Vol. 12. 2020. **Dossiê: Leitura: um tema a muitas mãos**. ISSN 1984-6576. E-202002. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reveli/article/view/10268>. Acesso em: 06 jan. 2021.

Recebido em 29 de setembro de 2020.

Aceito em 20 de outubro de 2020.